



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª  
REGIÃO  
7ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO**

Processo: 0000503-63.2015.5.14.0007

Reclamante: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE FRIGORIFICOS - ABRAFRIGO

Reclamado(a): SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM RONDÔNIA

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

**1 - RELATÓRIO**

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE FRIGORIFICOS - ABRAFRIGO, parte autora qualificada, impetrou MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO PREVENTIVO em face do SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM RONDÔNIA, aduzindo as empresas associadas estão na iminência de sofrerem violação de direito líquido e certo em virtude de abuso de autoridade por parte dos auditores fiscais do trabalho no Estado de Rondônia, inferiores hierárquicos da autoridade coatora, de modo que competindo a esta sustar os referidos atos, narra e pleiteia o contido na exordial. Atribuiu à causa o valor de R\$ 5.000,00. Juntou documentos.

Notificada, a autoridade coatora prestou esclarecimentos, rebatendo as alegações de mérito.

Indeferida a medida liminar, foi determinada a intimação do órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO) para querendo intervir no feito, bem como do Ministério Público do Trabalho da 14ª Região para, em 10 (dez) dias, querendo apresentar parecer.

O MPT apresentou parecer e a AGU informou que tem interesse de acompanhar o feito.

É o relatório. Passo a decidir.

**2 - FUNDAMENTAÇÃO**

A matéria posta em debate é somente de cunho jurídico e pode ser consolidada no seguinte questionamento:

Tem o empregador o direito líquido e certo de exigir de seus empregados, em quaisquer condições e circunstâncias, que levanten e transportem manualmente produtos ou cargas de até 60kg ou o pede auditor do fiscal do trabalho autuar a empresa e até mesmo interditá-la, caso verifique que o ato de levantar e transportar individualmente produtos cujo peso, mesmo inferior a 60kg, está comprometendo a segurança e saúde de determinado empregado?

Pois bem.

A parte impetrante pugna pela segurança visando determinação judicial para que os órgãos e auditores fiscais do trabalho subordinados a autoridade coatora se abstenham de lavrar Termos de Interdição ou Paralisação, com base na aplicação do método NIOSH para fins de aferir o peso máximo a ser suportado individualmente pelo trabalhador.

Argumenta que as NR 17 e 36 do MTE não preveem valor numérico, pelo que pleiteia que seja determinado por este juízo que a autoridade coatora e seus inferiores hierárquicos utilizem como parâmetro do peso máximo a ser suportado pelo trabalhador a quantidade 60 KG (sessenta quilogramas), pois é este o único valor previsto objetivamente na legislação pátria (art. 198 da CLT).

Conforme já ressaltado na decisão liminar, é certo que não é direito líquido e certo do empregador exigir que os seus empregados removam individualmente, em quaisquer condições e circunstâncias, cargas de 60 Kg (sessenta quilogramas).

A previsão do artigo 198 da CLT é no sentido de se estabelecer abstratamente um parâmetro máximo (padrão mínimo civilizatório), de modo que a depender das variáveis presentes na prestação do serviço, tal como frequência e repetição do movimento, o peso máximo a ser suportado individualmente pelo trabalhador deverá ser o que não coloque em risco a sua segurança e saúde.

Constatando aos auditores fiscais do trabalho, utilizando-se dos parâmetros que entenderem mais adequados, que em determinado caso concreto, a carga de peso imposta ao trabalhador para levantamento e transporte, mesmo que inferior a 60 kg, é suscetível de comprometer a sua saúde ( NR 17, item 17.2.2), por dever de ofício devem adotar as medidas que entenderem pertinentes.

Entendimento diverso, afronta a própria dignidade da pessoa humana do trabalhador (art. 1º, III da Constituição Federal) e o direito constitucional a redução dos riscos inerentes ao trabalho (art. 7º, XXII da Constituição Federal).

Concluo que não é direito líquido e certo da impetrante exigir de seus empregados que levanten e transportem mercadorias de até 60Kg em quaisquer circunstâncias. A fixação do peso máximo capaz de ser suportado pelo trabalhador sem haja comprometimento da sua segurança e saúde há de ser analisado em cada caso concreto.

Neste sentido, o art. 200 da CLT estabelece que compete ao MTE estabelecer disposições complementares às normas de que trata o Capítulo de Segurança e Medicina, tudo tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho.

Assim sendo, nada obstante a existência de outros métodos para se calcular as ideais condições ergonômicas de trabalho, não configura ato ilícito ou abuso de poder a utilização pelos auditores fiscais do trabalho do método denominado NIOSH (*Nacional Institute for Occupational Safety and Health*, USA), posto que recomendado pelo próprio Manual de Aplicação da NR 17 para fins de se aferir o peso máximo da carga transportada manualmente pelo trabalhador não suscetível de comprometer a sua saúde ou segurança.

Por fim, registro que compete aos auditores fiscais do trabalho, ao constatarem irregularidades, diante de cada caso concreto e do risco de lesão grave aos trabalhadores, decidir pela imediata interdição do estabelecimento, sendo certo que nestas hipóteses excepcionais, será assegurado, ainda que de modo deferido no tempo, às empresas o contraditório e ampla defesa., de modo que não há qualquer violação da Constituição Federal neste procedimento.

Por tudo exposto, concluo pela inexistência do direito líquido e certo pleiteado à impetrante, bem como não vislumbro ato ilícito ou abuso de poder por parte da autoridade coatora.

### **3. DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **DENEGO A SEGURANÇA** nos autos do Mandado de Segurança tombado sob o n. 0000503-63.2015.5.14.0007 em que ASSOCIACAO BRASILEIRA DE FRIGORIFICOS - ABRAFRIGO contende com o SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM RONDÔNIA.

Tudo nos termos da fundamentação, que passa a integrar o dispositivo.

Custas pela impetrante no importe de R\$100,00 (cem reais), calculadas sobre o valor da causa R\$ 5.000,00.

Intime-se a impetrante, a autoridade coatora, o MPT e a AGU.

Nada mais.

Porto Velho/RO, 4 de Agosto de 2015

*Assinado eletronicamente*

**LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE**

Juiz do Trabalho Substituto